

WEB JORNALISMO

01

• MPPB

MPPB funcionará em regime de plantão nesta quinta-feira e sexta-feira

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA ONLINE

Saiba como acionar a Justiça para garantir medicamentos e tratamentos de saúde

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA NOTÍCIA

Caso Mariana Thomaz: Promotora de Justiça diz que vai comunicar à OAB-PB nova tentativa da defesa para postergar julgamento

Mais informações [clique aqui](#)

• SONY LACERDA

ALPB reinstala Frente em Defesa do Consumidor

Mais informações [clique aqui](#)

• BRASIL DE FATO

MPs e Defensorias recomendam que compras públicas do governo federal e estadual na PB adquiram produtos da agricultura familiar

Mais informações [clique aqui](#)

• MAIS PB

Defesa tenta adiar, novamente, júri de acusado de matar Mariana Thomaz

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria terá Posto de Atendimento no Centro Integrado da Justiça Social

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

MPPB, movimentos negros e órgãos públicos articulam tratativas para políticas de igualdade racial

Mais informações [clique aqui](#)

• PARLAMENTO PB

Defesa pede novo adiamento do júri popular do acusado de matar Mariana Thomaz

Mais informações [clique aqui](#)

• TJPB

TJPB participa de audiência pública que discute Leis Orçamentárias

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

MPPB pede julgamento em novembro e intimação de réu para constituir novo advogado

Mais informações [clique aqui](#)

02

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria e Fórum PcD unem esforços para garantir direitos fundamentais às pessoas com deficiência

Mais informações [clique aqui](#)

• WSCOM

Diretora Regional do SENAI PB participa de inauguração do Centro Integrado da Justiça Social

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública solicita ampliação do orçamento durante audiência pública na ALPB

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública recebe pelo segundo ano consecutivo o Selo Iguais na Diversidade



Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria recebe visita de cortesia da deputada Silvia Benjamin

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA MASTER

DPE-PB recebe visita de cortesia da deputada Silvia Benjamin; saiba mais

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA JÁ

Violência psicológica é a mais cometida contra as mulheres na Capital, revela estudo

Mais informações [clique aqui](#)

• WSCOM

Mulheres em situação de violência em JP contam com assistência integral do Centro de Referência e Ronda Maria da Penha

Mais informações [clique aqui](#)

• MAIS PB

JP: 81% das mulheres atendidas pela Prefeitura sofrem violência em casa

Mais informações [clique aqui](#)

• ANADEP

PB: Defensoria Pública recebe pelo segundo ano consecutivo o Selo Iguais na Diversidade

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria evita despejo de idosa após Justiça acolher pedido para suspender reintegração de posse

Mais informações [clique aqui](#)

• TJPB

Metas Nacionais do Judiciário para 2024 entram em consulta pública até quinta-feira

Mais informações [clique aqui](#)

• ANADEP

PB: Após pedido da DPE, justiça manda suspender cobrança de empréstimo consignado de idoso

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Após pedido da DPE, justiça manda suspender cobrança de empréstimo consignado de idoso

Mais informações [clique aqui](#)

• ANADEP

PB: Defensoria evita despejo de idosa após Justiça acolher pedido para suspender reintegração de posse

Mais informações [clique aqui](#)

• PB AGORA

DPE emite nota de repúdio contra Lei que proíbe presença de crianças em "paradas gays"

Mais informações [clique aqui](#)

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Caravana do Cuidar atende moradores do bairro Alto do Mateus nesta sexta-feira

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

DPE emite Nota de Repúdio contra Lei que proíbe presença de crianças em "paradas gays"

Mais informações [clique aqui](#)

• ANADEP

PB: Ações de combate ao racismo da DPE recebem reconhecimento nacional

Mais informações [clique aqui](#)

• CONCEIÇÃO VERDADE

Defensoria Pública da Paraíba repudia lei homofóbica aprovada pela Câmara de João Pessoa

Mais informações [clique aqui](#)

• WSCOM

Defensoria Pública repudia Lei que proíbe presença de crianças em “paradas gays” em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• A PALAVRA ONLINE

Defensoria Pública emite Nota de Repúdio contra Lei que proíbe presença de crianças em “paradas gays”

[Mais informações clique aqui](#)

10

• JORNAL DA PARAÍBA

Mulheres do PSB pedem veto ao projeto que proíbe crianças na Parada LGBTQI+ em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

11

• BRASIL DE FATO

João Pessoa: Famílias de área ocupada no Portal do Sol lutam por direito à moradia

[Mais informações clique aqui](#)

13

• COISAS DE CAJAZEIRAS

Dia Mundial do Diabetes será celebrado em Cajazeiras com ações voltadas à população

[Mais informações clique aqui](#)

• MAIS PB

Polícia prende em Lagoa de Rosa detento que estava foragido

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Em audiência pública, deputada Doutora Paula destaca importância da DPE aos direitos do cidadão

[Mais informações clique aqui](#)

• CLICK PB

Polícia prende, em Monteiro, idoso procurado por homicídio em Pernambuco

[Mais informações clique aqui](#)

14

• TJPB

Câmara Criminal do TJPB vai dedicar sessão de julgamentos a processos de violência contra a mulher

[Mais informações clique aqui](#)

• POLÍCIA CIVIL PB

EM MONTEIRO: Ação integrada captura idoso investigado por assassinato em Pernambuco

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Tribunal e comarcas funcionarão em regime de plantão no feriado da Proclamação da República

[Mais informações clique aqui](#)

• OS GUEDES

Câmara Municipal de Cajazeiras realiza audiência por mais defensores públicos na Paraíba



[Mais informações clique aqui](#)

15

• GOVERNO DA PARAÍBA

Homenagens, vídeo institucional e lançamento de livro marcam os 95 anos da Seap

[Mais informações clique aqui](#)

16

• POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA

Polícia Civil prende investigado por homicídio no município de Sousa

[Mais informações clique aqui](#)

• MAIS PB

Preso homem que matou avô para roubar R\$ 700 na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA

“700 REAIS”: Polícia Civil prende homem que matou seu próprio avô em Itabaiana

[Mais informações clique aqui](#)

17

• ANOREG PB

Van dos Direitos atende população do bairro Ramadinha 2, em Campina, nesta sexta-feira

[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO MARCELO JOSÉ

Ruan Martins prestigia homenagem ao secretário de Segurança e solicita reforço policial em bairros

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública é homenageada em solenidade dos 95 anos da Seap



[Mais informações clique aqui](#)

• ALPB

ALPB concede cidadania paraibana ao secretário estadual de Segurança Jean Nunes

[Mais informações clique aqui](#)

19

• COISAS DE CAJAZEIRAS

“Estou apta a disputar a Prefeitura de São João do Rio do Peixe”, diz Dra. Paula

[Mais informações clique aqui](#)

21

• PB AGORA

Polícia Civil prende em Cabedelo suspeito com veículo citado em inquéritos de homicídios na Grande JP

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Semana da Justiça pela Paz em Casa - Mobilização para dar celeridade aos processos de violência de gênero

[Mais informações clique aqui](#)

22

• WSCOM

APDP pede intervenção para corrigir distorção na distribuição do orçamento à Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE

Coordenadoria da Mulher da PMCG começa a discutir programação para a Campanha 16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra Mulher

[Mais informações clique aqui](#)

• DIÁRIO DO SERTÃO

VÍDEO: Aplicativo “Maria da Penha Virtual” facilita denúncias e medidas protetivas para mulheres na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

23

• G1 PB

Justiça determina despejo de famílias em assentamento de João Pessoa, e entidades denunciam violações de direitos

[Mais informações clique aqui](#)

• BRASIL DE FATO PB

Famílias da Ocupação Margarida Maria Alves são despejadas de forma truculenta na Praia do Sol, em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• MPPB

Audiência define realização de curso de gênero, letramento racial e diversidade para PMs

[Mais informações clique aqui](#)

• CANAL NOITE

APDP pede intervenção para corrigir distorção na distribuição do orçamento à Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• F5 ONLINE

Urgente: após decisão judicial mais de mil policiais desocupam área invadida na Praia do Sol em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• MPF

MPF compartilha boas práticas para priorização da agricultura familiar e pesca artesanal nas compras públicas da PB

[Mais informações clique aqui](#)

24

• PARLAMENTO PB

Defensoria Pública expõe violações durante operação de reintegração de posse em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• VALENTINA EM QAP

Justiça determina despejo de famílias em assentamento; entidades falam em violações de direitos

[Mais informações clique aqui](#)

• F5 ONLINE

APDP pede à ANADEP intervenção para corrigir distorção na distribuição do orçamento à Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• O POVO PB

Conselho denuncia violação de direitos humanos em despejo de famílias em assentamento de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

PMs terão que fazer curso para minimizar racismo estrutural e LGBTfobia durante atuação na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• G1 PB

Conselho denuncia violação de direitos humanos em despejo de famílias em assentamento de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Novas instalações do Arquivo Judicial, Núcleo de Prática Jurídica e Galeria serão inaugurados no Fórum Cível

[Mais informações clique aqui](#)

• JORNAL FLORIPA

Conselho denuncia violação de direitos humanos em despejo de famílias em assentamento de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• A PALAVRA ONLINE

Defensoria Pública expõe violações durante operação de reintegração de posse em JP



[Mais informações clique aqui](#)

• HELENO LIMA

Jovem é assaltado em frente a sede da Defensoria Pública em Campina Grande no dia do seu aniversário

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

1ª Vara da Infância e Juventude encerra a 4ª edição do Curso de Preparação à Adoção

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Fórum Cível recebe novas instalações do Arquivo Judicial, do Núcleo de Prática Jurídica e Galeria

[Mais informações clique aqui](#)

• ANADEP

PB: DPE marca presença na Parada de Mangabeira com retificação de prenome e gênero

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Audiências Concentradas reavaliam acolhimento de 30 crianças e adolescentes em Patos

[Mais informações clique aqui](#)

• MPPB

PGJ empossa seis promotores de Justiça na terceira entrância e publica mais sete editais de remoção

[Mais informações clique aqui](#)

• ANOREG PB

Defensoria promove reconhecimento de união estável para mulher trans e companheiro privado de liberdade

[Mais informações clique aqui](#)

27

28

29

30

23/11

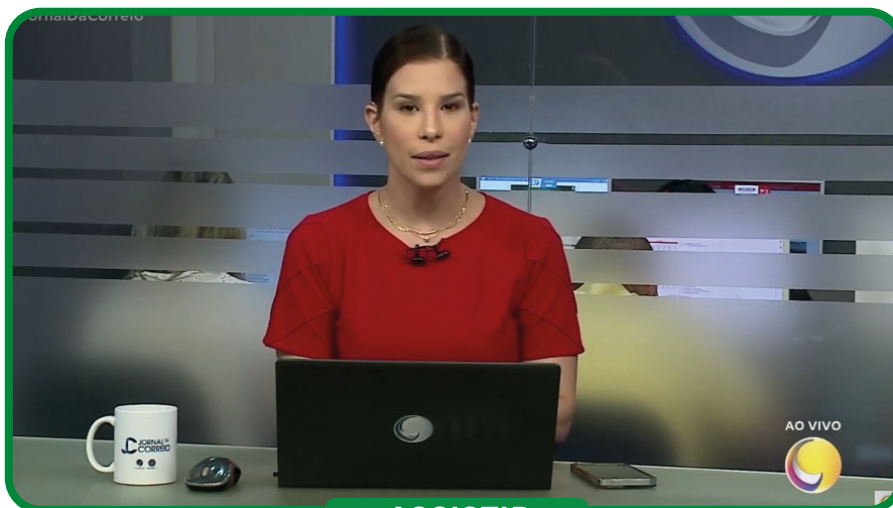
- Área de ocupação na Praia do Sol é desapropriada em João Pessoa - 23/11/2023 (Nota da Defensoria sobre a reintegração de posse) - TV CABO BRANCO - JPB 2



ASSISTIR

29/09

- Saiba os canais de denúncia e os serviços oferecidos na Paraíba (Serviço da Defensoria Pública para as mulheres em situação de violência doméstica - Aos 7:51) - TV CORREIO - JORNAL DA CORREIO



ASSISTIR

CASO MARIANA THOMAZ

Promotora: nova tentativa da defesa para adiar julgamento

A promotora de Justiça do Ministério Público da Paraíba, Artemise Leal, informou que o advogado de defesa do réu Johannes Dudeck, acusado do feminicídio da estudante Mariana Thomaz, manejou um novo pedido de adiamento do júri popular que está marcado para a próxima quinta-feira (9/11). Nesse segundo pedido, o advogado alega que irá participar de um congresso em Minas Gerais. Diante disso, o Ministério Público pede à Justiça

que o julgamento aconteça ainda este mês. Se houver um terceiro pedido de adiamento, o MP pede que o réu seja intimado para constituir outro advogado e, se não o fizer no prazo, que seja nomeado um defensor público. A Promotoria entende que há uma estratégia da defesa para postergar o julgamento, que já deveria ter ocorrido no último dia 20 de setembro, e comunicará o fato à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB).

“O juiz marcou essa data

do dia 9, a pedido do advogado, ele disse que estava doente e sugeriu essa data. Na data de ontem, ele disse que participará de um congresso e manejou mais um pedido de adiamento. Ou seja, o advogado já vem dan- do caso ao segundo adiamento de um júri. O MP irá pedir para que o júri seja redesignado para a pauta ordinária vigente, e caso o advogado não se faça presente que seja o réu imediatamente intimado para constituir novo patrono, e caso assim

não o faça, sejam os autos encaminhados à Defensoria Pública. O caso será comunicado à OAB, para que tome as providências legais. É um processo de réu preso, portanto é prioritário. Além disso, é um desrespeito à Justiça, ao assistente de acusação e aos familiares da vítima, que são de outro Estado, que estão de passagens aéreas compradas para essa data. Ele vem tentando adiar esse júri e o Ministério Público não aceitará isso passivamente”, disse.

O crime

De acordo com a denúncia do Ministério Público, a estudante Mariana Thomaz foi morta no dia 12 de março de 2022, pelo réu Johannes Dudeck. O crime ocorreu no apartamento do acusado, e a perícia constatou que houve esganadura e extrema violência sexual contra a vítima. A Promotoria de Justiça pede a condenação do réu pelos dois crimes: feminicídio e estupro.

Deputada lembra participação social

A deputada Daniele do Vale, presidente da Comissão de Orçamento da ALPB, destacou a importância do debate, especialmente pela participação da sociedade civil, através de suas entidades representativas, na audiência pública. “É importante garantir essa participação popular, representada por vários segmentos no plenário da Casa, assim como também garantir a transparência da tramitação desses processos da LOA e do PPA aqui dentro do Parlamento. Essas duas peças orçamentárias são fundamentais. São elas que garantem a efetivação da política pública na sociedade, no seu município”, declarou a deputada.

Este ano, a relatoria da matéria é feita por uma mulher, a deputada Silvia Benjamim. Ela enfatizou que o momento é de

grande importância para a população, para a cidadania, para a democracia, porque todo mundo tem a oportunidade de debater, de analisar, de saber todas as prioridades que vão ter para o ano que vem. “Essa audiência pública é muito importante para toda sociedade civil organizada participar, através dos vários representantes aqui presentes, como também o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e vários parlamentares. Todos interessados que em 2024 tenham todos esses investimentos em saúde, segurança, entre as prioridades que a nossa população merece”, disse.

Para o deputado Wilson Filho, líder do “Bloco” na Assembleia Legislativa, a audiência pública “é uma oportunidade que os setores, os segmentos,

“

É importante garantir essa participação popular, representada por vários segmentos no plenário

Daniele do Vale

as associações; ou qualquer cidadão, possa dar sua contribuição nesse debate que é muito importante”. “É um dos momentos mais importantes do ano em qualquer casa legislativa, porque é nesse momento que a gente debate tudo o que vai acontecer durante o ano que vem, de janeiro a dezembro. É nesse momento, é na discussão da LOA que a gente faz esse debate, essa discussão importante. Aquilo, as regiões, o que vão receber de recursos, se vai existir um programa social novo, investimentos em rodovias, construção de um novo hospital, construção de escolas. É aqui, é na LOA que a gente determina a receita prevista para o ano que vem e as despesas. E dentro dessas despesas estão o custeio do Estado e os investimentos”, explicou.

EM CAMPINA GRANDE

Defensoria leva programa de serviços à população

Atendimento ocorre no pátio da Igreja Matriz, no bairro de Rocha Cavalcante

A Defensoria Pública do Estado Paraíba (DPE-PB) participa, hoje, em Campina Grande, de uma ação social promovida pela Cáritas da Paróquia da Sagrada Família, em Campina Grande. O atendimento itinerante será realizado através do programa Van dos Direitos, das 8h ao meio-dia. O escritório móvel da DPE estará localizado no pátio da Igreja Matriz, localizada na Rua Otávio Batista Cabral, s/n, no bairro de Rocha Cavalcante.

O atendimento jurídico da DPE pode ser acessado por pessoas com renda familiar de até três salários mínimos, além de grupos vulneráveis, como mulheres em situação de violência doméstica, crianças e adolescentes e população LGBTQIA+. Também estão previstas exceções para atendimentos de pessoas com rendimento superior, desde que constatada a situação de vulnerabilidade.

Para serem atendidos, os

interessados deverão levar documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência), além dos documentos que tenham relação com o assunto para o qual deseja atendimento.

Serviços

São contemplados atendimentos em todas as áreas da Justiça Estadual: Família, Cível, Criminal e Fazen-

da Pública. Casos de pensão alimentícia, curatela, regulamentação de visitas, tutela, separação, união estável, aluguéis, previdência social e outros relacionados às esferas judiciais e extrajudiciais poderão ser tratados durante a presença da unidade móvel em cada município.

Próxima Edição

No dia 22, o projeto Van

dos Direitos segue para o distrito de Mororó, pertencente à Barra de Santana, Comarca de Boqueirão. A cidade, de acordo com o IBGE, tem população estimada em 8,9 mil habitantes, distribuída quase totalmente na zona rural do município, que possui, além de Mororó, os vilarejos de Santana, Pitombeiras, Malhadinha, Vereda Grande, Caboclos e Barriguda.



Atendimento será realizado das 8h às 12h com prioridade para população vulnerável

GRUPOS REFLEXIVOS

Segundo grupo do projeto reuniu homens encaminhados pelo TJPB

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) deu início ao segundo grupo do projeto "Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar". Dez homens oriundos da Vara de Penas Alternativas ou de audiências de custódia foram encaminhados pelo Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) para participar da primeira de 12 sessões previstas no projeto. A atividade aconteceu dia 1º na DPE-PB.

O objetivo da iniciativa é abordar e lidar com a questão da violência doméstica, oferecendo uma oportunidade de reflexão e mudança de comportamento para homens envolvidos em casos de violência.

O grupo se reunirá duas vezes por semana, às segundas e quartas-feiras, e o comparecimento é obrigatório, já que a participação no projeto é imposta pela Justiça como medida cautelar, fundamentada no artigo 22, inciso VI, da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha). Durante os encontros, são promovidos debates e reflexões que visam a desconstrução de comportamentos agressivos e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

"O projeto se encaixa em um esforço conjunto para combater a violência doméstica e fortalecer os laços familiares através da disseminação de valores éticos e do respeito à dignidade humana", ressaltou a coordenadora do projeto, a defensora pública Elizabete Barbosa.

A primeira sessão contou com a facilitação das psicólogas Vanilda Luna e Ingridy Leite (estagiária de pós-graduação) e os assessores jurídicos da DPE, Eliomara Abrantes e Marcos Jailton. "Nós trabalhamos primeiro o homem na forma da percepção reflexiva trocada, onde procuramos deixá-lo no lugar do outro para que ele possa ter impressões perceptivas individuais sobre o próximo e a

gente possa, assim, começar a trabalhar o comportamento dele a partir daí", contextualizou Vanilda.

Para a assessora jurídica Eliomara Abrantes, o resultado foi positivo. "Eles chegaram desconfiados, mas logo entenderam a dinâmica e a sessão foi muito produtiva. É um processo de desconstrução e eu acredito que ao final todos serão afetados positivamente", disse.

TRANSPARÊNCIA

Metas do Judiciário para 2024 estão em consulta pública até hoje

A proposta de Metas Nacionais para o Poder Judiciário durante o ano de 2024 vai contar com a opinião da sociedade e dos operadores do direito. Os interessados em participar da consulta pública têm até hoje para preencher o formulário eletrônico disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A elaboração das Metas Nacionais segue as orientações da Resolução CNJ n. 221/2016 e da Resolução CNJ

n. 325/2020. A primeira institui princípios de gestão participativa e democrática, não somente em relação às Metas Nacionais do Judiciário, mas também às políticas judiciais instituídas pelo CNJ. Já a segunda dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

As metas nacionais representam o compromisso firmado pelos presidentes dos tribunais brasileiros pela melhoria da prestação dos serviços da Justiça aos cida-

dãos e às cidadãs. Essas disposições são consolidadas pelo CNJ após discussões com a participação de todos os segmentos da Justiça brasileira.

Podem participar da consulta: cidadãos e cidadãs, servidores e servidoras dos cinco segmentos de Justiça, integrantes da magistratura, da advocacia, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e representantes de entidades de classes. Das 11 metas propostas para 2024, a

primeira – julgar mais processos que os distribuídos – não pode ser alterada. Isso porque trata de monitoramento contínuo da Estratégia Nacional 2021-2026. Assim, não está incluída na consulta pública.

Os participantes poderão se manifestar sobre as demais. São elas: Meta 2 – Julgar processos mais antigos; Meta 3 – Estimular a conciliação; Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a ad-

ministração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento; Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas; Meta 7 – Priorizar o julgamento dos recursos repetitivos; Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres; Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário; Meta 10 – Impulsionar os proces-

sos de ações ambientais e os processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas; e Meta 11 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente.

Após a análise dos resultados da consulta pública pelo CNJ, as metas serão votadas pelos 90 presidentes dos tribunais brasileiros no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O evento ocorrerá nos dias 4 e 5 de dezembro, em Salvador (BA).

PROJETO ITINERANTE

Caravana do Cuidar vai estar, hoje, no bairro do Alto do Mateus



Foto: Secom-JP

Serão ofertados serviços de assistência social, saúde e direito

A Prefeitura de João Pessoa realiza mais uma edição da Caravana do Cuidar, hoje, das 8h às 12h, no bairro Alto do Mateus. O projeto itinerante é promovido pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Sedhuc), levando serviços de assistência social, empregabilidade, saúde e direito do consumidor para todos os bairros do Município. A estrutura será

montada na Rua Carmem Miranda, nº 48.

Dos serviços voltados para a assistência social, a população terá acesso ao CadÚnico, porta de entrada para diversos programas sociais do Governo Federal, cadastro e consultas com o Cras da região, poderá conhecer e aderir ao Programa Criança Feliz, que acompanha gestantes e crianças de até seis anos

para um desenvolvimento integral. Nesta edição, a **Defensoria Pública** também estará presente prestando atendimento jurídico e orientando a população sobre os seus direitos.

As oportunidades no mercado de trabalho serão ofertadas pelo Programa Acessuas Trabalho, que disponibiliza cursos profissionalizantes e oportunidades de emprego pelo programa

ma Jovem Aprendiz, direcionado para jovens de 14 a 24 anos de idade.

Em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), serão ofertados serviços de aferição de pressão arterial, teste rápido de glicemia, vacinação e atendimentos de auriculoterapia. A equipe do Instituto Cândida Vargas estará auxiliando no planejamento familiar.

Semana da Justiça pela Paz em Casa tem mais de 750 audiências fixadas

Com um total de 771 audiências agendadas, até ontem, e três júris envolvendo casos de feminicídio, o Poder Judiciário estadual se prepara para participar de mais uma edição (25ª) da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

O esforço concentrado, que acontecerá no período de 20 a 24 de novembro, é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais. Tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

O Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, e com o apoio



Foto: Ascom/TJPB

Juíza Anna Carla Falcão, coordenadora da Mulher

administrativo da Presidência, tem participado de todas as edições, cujo início do programa ocorreu em março de 2015.

A coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJPB, juíza Anna Carla Falcão, ressaltou que as expectativas da Semana da Justiça pela Paz em Casa são as melhores possíveis.

“O Tribunal de Justiça da

Paraíba, com total apoio do presidente, desembargador João Benedito da Silva, sempre participou com bons resultados do esforço concentrado, demonstrando uma união de magistrados, servidores, Ministério Público e **Defensoria Pública**, no enfrentamento à violência contra a mulher, empreendendo celeridade na tramitação e julgamento dos processos”, enfatizou.

PODER JUDICIÁRIO

TJPB vai dedicar julgamentos a processos de violência doméstica

Da Redação

Por unanimidade, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) acatou a sugestão de um dos seus integrantes, desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, e vai dedicar uma sessão de julgamento de recursos da próxima semana aos processos que envolvem violência contra a mulher. A iniciativa considera a realização da 25ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, que acontece entre os dias 20 e 24 deste mês.

A Câmara Criminal é presidida pelo desembargador Ricardo Vital de Almeida e, ainda, é composta pelos desembargadores Márcio Murilo da Cunha Ramos, Saulo Henriques de Sá e Benevides e Joás de Brito Pereira Filho. “A sessão dedicada a julgamentos de processos relativos à vio-

lência doméstica representa uma iniciativa importante e histórica do nosso Tribunal, por meio da Câmara Criminal, contribuindo para o esforço concentrado, que terá início na próxima segunda-feira (20)”, ressaltou Frederico (Fred) Coutinho.

A Semana da Justiça pela Paz em Casa é promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A Semana também promove ações interdisciplinares organizadas, que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

A coordenadora estadual da Mulher em Situa-

ção de Violência Doméstica do TJPB, juíza Anna Carla Falcão, ressaltou que as expectativas da Semana da Justiça pela Paz em Casa, na Paraíba, são as melhores possíveis. Até agora, estão agendadas 771 audiências para os cinco dias de atividade, além de três júris de casos de feminicídio.

“O presidente do Tribunal, desembargador João Benedito da Silva, tem dado total apoio à realização deste esforço concentrado e o Poder Judiciário estadual sempre participou com bons resultados, demonstrando uma união de magistrados, servidores, Ministério Público e Defensoria Pública, no enfrentamento à violência contra a mulher, empreendendo celeridade na tramitação e julgamento dos processos”, enfatiza Anna Carla Falcão, diretora do Fórum e titular da 3ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita.

Curtas

Homem é preso com veículo usado em crime

Um homem de 23 anos de idade foi preso em flagrante pela Polícia Civil da Paraíba, na terça-feira (20, em Cabedelo, de posse de uma pistola calibre .40 , munições de mesmo calibre e um veículo Fiat Uno citado em inquéritos de homicídios naquela cidade da Região Metropolitana de João Pessoa. A prisão foi realizada pelo Núcleo de Homicídios e Repressão Qualificada de Cabedelo. No porta-malas do carro os policiais apreenderam, ainda, vários recipientes cheios de combustível. Os policiais investigam se o produto foi furtado de caminhões estacionados no Porto de Cabedelo.

A prisão foi comunicada à Justiça, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, para os devidos procedimentos legais.

NO BRASIL

Proteção à população em situação de rua é prioridade para políticas públicas

Fabiola Sinimbu
Agência Brasil

A articulação entre órgãos e entidades do poder público para garantir a ampliação da proteção socioassistencial à população em situação de rua foi estabelecida como prioridade para os planos de ação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

A determinação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi publicada ontem no Diário Oficial da União e também reúne metas a serem alcançadas.

A ideia é que as metas previstas pelo plano de ação e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua tenham a colaboração não apenas dos órgãos do Executivo, mas também do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil.

A partir dessa articulação, as políticas públicas poderão atender às principais reivindicações da população de rua em diversos setores, como saúde, habitação, trabalho, renda e cultura.

Outra prioridade definida

foi a ampliação do financiamento do Suas para aprimorar a proteção básica e especial da população em situação de rua de forma a viabilizar o atendimento à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a remoção forçada dessa população inclusive seus bens e pertences, até que o plano de ação e monitoramento fosse elaborado.

Entre as metas estabelecidas estão a inovação nos modelos de atendimento, criação de novas estratégias de proteção socioassistencial a partir de experiências bem-suce-

didias, qualificação da gestão no Suas, atenção às especificidades regionais e produção de conhecimento em relação à população de rua.

O documento determina também que as iniciativas públicas utilizem como subsídio os dados disponíveis nos cadastros e sistemas de informação do Governo Federal, como o Cadastro Único, observando a realidade de movimentação dessa população, até que o Censo Nacional da População em Situação de Rua (Censo POP Rua) seja atualizado.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Cerca de 80 famílias são retiradas de área

Sara Gomes

sara.gomesreporter@uniao.com

Mais de mil profissionais de vários órgãos estaduais e municipais realizaram, na manhã de ontem, a reintegração de posse da Fazenda Paratibe à Companhia Industrial do Sisal, localizada nas proximidades da Praia do Sol, em João Pessoa. A operação cumpriu decisão judicial da Vara de Feitos Especiais da capital, emitida pelo juiz Romero Carneiro Feitosa, no último 20 de novembro. Cerca de 80 famílias que ocuparam uma área particular foram retiradas do local.

Conforme ata de reunião da Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça da Paraíba, realizada no dia 25 de outubro, as famílias que se enquadram no perfil do aluguel social tinham até o dia 16 de novembro para serem realocadas voluntariamente.

Além da demolição dos imóveis construídos ilegalmente, foram apreendidos quatro coquetéis molotov, uma moto com registro de roubo e um galão com 20 litros de combustível, segundo informações da Polícia Militar. O caso será registrado na Central de Polícia. "A maioria das ocupações já estava desabitada. Os móveis, eletrodomésticos e outros pertences das pessoas que estavam no local, serão levados para um galpão escolhido através de um termo de acordo entre as partes", informou a nota à imprensa.

Por conta da ação, a Avenida Escritor Ramalho Leite ficou interditada por algumas horas na manhã de ontem. Apenas moradores ou trabalhadores identificados puderam ter acesso a região.



Foto: Evaristo Pessoa

Durante a retirada das pessoas, apenas moradores ou trabalhadores identificados tiveram acesso ao local

Comissão de ocupantes chegou a pedir a suspensão do processo

Segundo informações contidas no processo 0803451-11.2023.8.15.2003, uma comissão de ocupantes que estavam instalados na propriedade privada solicitaram a suspensão da decisão liminar que deferiu a reintegração da Fazenda Paratibe à Companhia Industrial do Sisal, alegando supostas omissões no que tange às provas reunidas aos autos. A solicitação foi negada, dando continuidade ao processo.

Conforme ata de reunião da Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça da Paraíba, realizada no dia 25 de outubro, ficou acordado o cumprimento humanizado da liminar de reintegração de posse. "Serão adotadas medidas para identificação das famílias como medida preparatória do cumprimento da ordem. A Companhia do Sisal se compromete a custear as despesas de realocação imediatas das famílias devidamente identificadas pelo mu-

nicipio e que estejam dentro dos requisitos legais, através do aluguel social pelo prazo de dois meses, podendo estendê-lo a depender da concessão por parte da prefeitura. Até o dia 16 de novembro, as famílias que se enquadrarem no perfil do aluguel social serão realocadas voluntariamente. O autor da ação depositará em juízo o valor para custear o aluguel emergencialmente até que a demanda seja absorvida pelo município. Depois do dia 16 de novembro, a ordem de desocupação está sujeita a cumprimento a qualquer momento", informou a ata. Participaram da reunião o poder judiciário, Defensoria Pública da Paraíba, Polícia Militar e Secretaria de Segurança do Município de João Pessoa.

A comissão deu entrada com uma tutela de urgência, alegando que o acordo feito na comissão não foi cumprido. A peça recursal trazida aos autos analisou o pedido, porém re-

cusou os embargos declaratórios apresentados por não verificar contradição, omissão ou obscuridade, mantendo a decisão liminar embargada em todos os seus termos.

Órgãos ligados

Embora a Comissão de Conflitos Fundiários estivesse em tratativas com o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Comissão de Combate à Violência no Campo e na Cidade só ficou sabendo na manhã de ontem sobre a realocação dos moradores da Ocupação Margarida Alves.

Após negociação com a Polícia Militar, a coordenadora do Núcleo Especial de Cidadania e Direitos Humanos (Necidh) da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), Fernanda Perez e o representante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MITD) Gleydson Melo; e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano conseguiram ter acesso a ocupação.

SEGUNDA VEZ

Júri de Ruan Macário será no dia 18/12

Juíza atendeu pedido da defesa do empresário e determinou que o réu esteja presente no fórum da capital

Carlos Filho
josecarlosfilho@gmail.com

O julgamento de Ruan Macário Ferreira de Oliveira foi adiado, pela segunda vez, e a nova sessão está marcada para 18 de dezembro, no 2º Tribunal do Júri da capital. Desta feita a juíza Francilucy Rejane de Sousa Mota decidiu que “Ruan Macário” participará, de forma presencial, pois, caso acontecesse ontem seria por videoconferência, pois o autor do acidente que matou o motoboy Kelton Marques está preso no Presídio Regional de Catolé do Rocha,

no Sertão do estado.

O novo adiamento foi motivado porque o advogado de defesa do empresário apresentou um atestado médico, informando está impossibilitado de participar da sessão. Mas, a magistrada tomou outra decisão, determinando que o réu esteja presente na sessão do dia 18 de dezembro.

O advogado Luiz Ferreira, que defende os interesses da família do motoboy, disse que a juíza, ao falar com Ruan Macário, por videoconferência, a plataforma estava muito instável. “Por questão de segurança ela entendeu que isso poderia prejudicar

o júri e determinou o recambiamento dele para João Pessoa. Por isso, ele vai participar do júri presencialmente”, disse o advogado.

Outra decisão da juíza Francilucy Rejane foi que, em caso de alguma manobra da defesa de Ruan Macário para novo adiamento, já intimou a Defensoria Pública para acompanhar os desdobramentos e participar do julgamento. Na primeira vez, a sessão estava marcada para o dia 14 de setembro.

Ruan Macário respondeu a processo por envolvimento no acidente que provocou a morte do motoboy

Kelton Marques, na madrugada de 11 de setembro de 2021, na Avenida Flávio Ribeiro Coutinho (Retão de Manairá), em João Pessoa. Na ocasião, o veículo dirigido pelo empresário estava a 163 quilômetros. Conforme vídeo de uma câmera instalada no carro, ele ultrapassou semáforos em vermelho. Após a colisão, conseguiu fugir, sendo preso, cerca de dez meses após se apresentar na Delegacia de Polícia de Catolé do Rocha. Em rede social, Ruan havia postado uma mensagem afirmando que motoboys deveriam ser atropelados.



Ruan Macário seria julgado por videoconferência

Causos & lendas do nosso futebol

Francisco Di Lorenzo Serpa
fikerpa@oi.com.br | colaborador

Você se lembra do desportista Mendonça?

O homenageado desta semana, nasceu no dia 24/10/1940, na então pequenina cidade de Barra de Santa Rosa – PB, foi por seus pais registrado com o nome de JOSÉ MENDONÇA FILHO, mas para o mundo da bola ele ficou conhecido como o popular “MENDONÇA”.

MENDONÇA em sua época de atleta, jogava de zagueiro central, com fama de ser leal e aplicado, teve a oportunidade de integrar várias e conhecidas equipes do nosso estado. Ele jogou no extinto ABC Futebol Clube, time que existia no bairro de Jaguaribe e era comandado pelo abnegado desportista Abel. Vestiu a camisa rubro-negra do União Esporte Clube do saudoso seu Costeira. Honrou o manto do Estrela do Mar Esporte Clube do inesquecível Frei Albino, passou pelo Santos Futebol Tereré Clube, Botafogo Futebol Clube e no tradicional Esporte Clube Cabo Branco, o saudoso alvirrubro de Miramar.

Quando foi no ano de 1970, MENDONÇA utilizou toda essa bagagem adquirida dentro das quatro linhas e passou a exercer a função de treinador de futebol, primeiro dirigindo a equipe do Esporte Clube União e depois o Botafogo Futebol Clube. Foi no alvinegro da estrela vermelha que ele teve um excelente destaque como treinador de futebol profissional, ao representar o estado da Paraíba no famoso

“Torneio de Integração Nacional” realizado no estado de Goiás no ano de 1971. Eram 16 equipes do país, de 11 estados diferentes, convidadas pela Confederação Brasileira de Futebol – CBD, tendo o goleiro Valdir Peres, então na Ponte Preta, Marinho Chagas, no Clube Náutico Capibaribe e Ferreira no Botafogo PB como os destaques da competição que ao final foi vencida pelo Atlético Clube Goianiense, em uma melhor de três partidas contra a Associação Atlética Ponte Preta – SP.

Apaixonado pelo esporte, MENDONÇA aumentou o seu extenso currículo nas quadras de futebol de salão deste estado, quando presidiu a Federação Paraibana de Futebol de Salão, por duas vezes, entre os anos de 1982 e 1992, obtendo excelentes resultados para as nossas cores. Conquistamos o 3º lugar em Minas Gerais e 4º lugar em Pernambuco, nos anos de 1983 e 1985, respectivamente. Foi nesse período que surgiram atletas destaques como Mazureik, Gama, Vanildo, Kido, Ronaldão, Bolinha, Ambrósio, César e tantos outros que honraram as nossas cores. Quando foi na data de 21/09/2013, o então **defensor público** aposentado MENDONÇA faleceu, deixando enorme legado e três filhos que herdaram o amor ao esporte: Paulo Mendonça, ex-atleta e vitorioso treinador de futsal; Sérgio Mendonça, atleta de handebol e Janayna Mendonça, atleta de handebol e beach tênis.

Para nós, torcedores, cronistas e desportistas paraibanos ficou a certeza de que o senhor JOSÉ MENDONÇA FILHO, o popular “MENDONÇA”, escreveu o seu nome com tintas douradas e perpétuas na brilhante história do futebol paraibano.

NATAL SOLIDÁRIO

Campanha é lançada com o objetivo de ajudar crianças e idosos



Foto: Divulgação/TJ-PB

O Tribunal de Justiça do Estado e a Associação das Esposas dos Magistrados e das Magistradas da Paraíba (Aemp) lançaram, segunda-feira, no térreo da sede do Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, a campanha “Natal Solidário”. O objetivo é arrecadar fundos para comprar donativos que serão destinados ao Hospital Padre Zé, à Creche Maria da Luz e instituições que acolhem idosos. A campanha segue até o dia 11 de dezembro.

Segundo explicou a presidente da Aemp, a **defensora** pública, Maria da Glória Oliveira, o “Natal Solidário” foi uma ideia nascida entre a Aemp e o Tribunal de Justiça para marcar o encerramento do ano judiciário de forma solidária.

“Todos estão convidados a participarem da cam-
bargador João Benedito da

Silva, destacou o apoio dado pelo Tribunal à campanha, a qual, segundo pontuou, é relevante por beneficiar crianças e idosos em situação de vulnerabilidade, bem como, pacientes que dependem do

Hospital Padre Zé. Ele salientou, ainda, que este ano a campanha veio com um diferencial, ao invés de donativos, está sendo arrecadado dinheiro para comprar kits de brinquedos para as crianças e de higiene para os ido-

Participação

Arrecadação vai até próximo dia 11 e quem desejar participar pode adquirir o cupom que custa, cada um, R\$ 50

nha, que envolve não só os que integram o judiciário paraibano, mas também, os jurisdicionados, que venham à sede do anexo do Tribunal e queiram participar, ajudando a quem realmente necessita”, ressaltou a presidente da Aemp, agradecendo o empenho de cada um para o engrandecimento da iniciativa.

O presidente do Poder Judiciário paraibano, desem-

sos. “Nós estamos apoiando esta iniciativa. Todas as pessoas que vierem aqui ao Tribunal podem e devem adquirir um cupom, ou quantos quiserem. Todo valor arrecadado será revertido em benefício aos necessitados, fazem